

09 REDUÇÃO DO NÚMERO DE EUTANÁSIAS REALIZADAS NO PERÍODO DE 2011 A 2015 NO MUNICÍPIO DE BOTUCATU/SPBABBONI, S. D.¹; LEGATTI, E.²; SOUZA, T. C.³; DALLAQUA, M. A. B. B.⁴¹ Supervisora de Saúde Pública Veterinária e médica-veterinária da Secretaria da Saúde da Prefeitura Municipal de Botucatu/SP – Fundação UNI. E-mail: selenebrasil@yahoo.com.br² Médico-veterinário da Vigilância Ambiental em Saúde da Secretaria da Saúde da Prefeitura Municipal de Botucatu/SP – Fundação UNI.³ Agente de Saúde Pública da Secretaria da Saúde da Prefeitura de Botucatu/SP.⁴ Atendente de Serviço de Ambulância da Secretaria da Saúde da Prefeitura de Botucatu/SP.

O termo “eutanásia”, oriundo do grego, significa “morte boa”. Deve ocorrer com um mínimo de sofrimento possível, tanto para o animal quanto para a pessoa que a executa (BEAVER *et al.*, 2001), esse procedimento deve ser regulamentado por leis, e o médico-veterinário é o único profissional habilitado para a sua realização. É uma prática pela qual se interrompe o sofrimento de um indivíduo portador de moléstia incurável, e deve ser considerada como última opção de destino. Por muitos anos a eutanásia foi executada de forma incontrolável e indiscriminada; todavia, no dia 16 de abril de 2008, foi sancionada a Lei nº 12.916 (Projeto de Lei nº. 117/08, apresentado pelo deputado Feliciano Filho), cujo artigo 2º veda “a eliminação da vida de cães e de gatos pelos órgãos de controle de zoonoses, canis públicos e estabelecimentos oficiais congêneres”.

Foram coletados dados nos arquivos do Canil Municipal de Botucatu, no Estado de São Paulo, Brasil, referentes ao período compreendido entre os anos de 2011 a 2015.

No ano de 2011 foram eutanasiados 235 animais (199 cães e 36 gatos), em 2012 foram 186 (152 cães e 34 gatos), 2013 foram 164 (146 cães e 18 gatos), no ano de 2014 foram 119 (104 cães e 15 gatos) e no ano de 2015 foram eutanasiados 43 animais (29 cães e 14 gatos). Constatou-se portanto a existência de um decréscimo do número de eutanásias efetuadas depois da Lei nº 12.916 ter entrado em vigor no Estado de São Paulo e, conseqüentemente, os animais remanescentes no canil passaram a ter um aporte clínico veterinário de melhor qualidade, objetivando-se o processo de adoção.

O decréscimo dos animais eutanasiados demonstra que o município além de seguir as normativas legais tem se preocupado com a saúde animal e a saúde pública, englobando assim a saúde do ser humano como um fator de caráter importante nesse tipo de ação, corroborando com trabalhos que afirmam que o extermínio de animais nos municípios é um método de controle populacional ineficaz.

10 PROGRAMAS DE CONTROLE POPULACIONAL DE CÃES ABANDONADOS COM O EMPREGO DA CASTRAÇÃO COMO PROCEDIMENTO INDICADO PARA O BEM-ESTAR COLETIVOPRADO, C. M.¹; BERNARDES, G. L.¹¹ Acadêmicas de Medicina Veterinária do Centro Universitário Dinâmica das Cataratas, Foz do Iguaçu/PR. E-mail: cmelchior@hotmail.com

O número crescente de cães abandonados é uma preocupação para as autoridades públicas e governamentais em vários países, devido a agravos à saúde pública, ao risco de transmissão de algumas zoonoses, acidentes por mordedura e no trânsito, entre outros inconvenientes. Além disso, deve-se ressaltar também a falta de bem-estar desses animais, que ficam expostos a situações de maus-tratos e a processos patológicos e à falta de cuidados e necessidades básicas, como alimentação e abrigo, entre outros. Tudo isso associado à fisiologia que torna o cão um animal de alto potencial reprodutivo, gera situações nas quais,

em muitos municípios, existem mais cães do que lares para abrigá-los, criando-se com isso a necessidade da implementação de ações de controle populacional destinadas a equilibrar a demanda de animais abandonados com o número de tutores disponíveis, neutralizando-se assim os fatores que colaboram para o abandono. A castração é um exemplo de medida tomada na tentativa de resolver esse problema. Estando inserida na área de saúde pública veterinária, é um método de extrema valia, visto que além de permitir o controle populacional de forma eficiente – uma vez que depois do procedimento cirúrgico não existe a menor possibilidade dos animais se reproduzirem – também possibilita a adoção dos animais castrados com maior facilidade. Dessa forma, o trabalho relata a importância de programas de controle populacional com o emprego da castração para o bem-estar do coletivo. A revisão de literatura foi conduzida por meio de busca nas bases do Google Acadêmico. Foram utilizados os seguintes termos de busca: “controle populacional”, “cães”, e “bem-estar animal”. Como limites de busca foram incluídos apenas os trabalhos publicados nos últimos oito anos. Concluiu-se que conhecimentos sobre bem-estar animal são fundamentais para o desenvolvimento de estratégias éticas de controle populacional dos cães abandonados. A castração é uma medida de alta eficiência nessas estratégias, porém, por si só não é capaz de resolver todos os problemas existentes, sendo necessária a associação com leis e campanhas educativas sobre guarda responsável para a população, com o objetivo de conscientizar e provocar uma mudança de comportamentos na sociedade, visto que a posse irresponsável é um dos principais fatores no aumento da população de cães abandonados.

11 PERCEPÇÃO DE ESTUDANTES DE MEDICINA VETERINÁRIA SOBRE A ATUAÇÃO DO MÉDICO-VETERINÁRIO EM SAÚDE PÚBLICA – DADOS PRELIMINARESTELES, A. J.¹; GUIMARÃES, T. G.²; SCHUCH, L. F. D.³¹ Médica-veterinária e Doutora, residente em saúde coletiva do Programa de Residência em Área Profissional de Medicina Veterinária da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). E-mail: ale.teles@gmail.com.² Médica-veterinária, especialista em saúde coletiva e Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Veterinária (UFPel).³ Professora e Doutora, Departamento de Medicina Veterinária Preventiva (UFPel).

Grande parte da população desconhece a importância ou o papel que a Medicina Veterinária representa para sociedade. Muitas vezes os próprios médicos veterinários não estão cientes da relevância de seu trabalho para a saúde pública e nem sempre valorizam sua atuação nessa área. Isso se deve, entre outros aspectos, ao fato de que as disciplinas relacionadas à saúde pública veterinária dos cursos de Medicina Veterinária possuem cargas horárias reduzidas e são oferecidas ao final do curso, o que não favorece a aproximação dos estudantes com a área. Para avançar na compreensão do tema, foi estabelecida uma estratégia de pesquisa para a avaliação da percepção de estudantes de Medicina Veterinária da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) sobre a atuação do médico-veterinário em saúde pública. Para tanto, foram entrevistados 57 alunos de Medicina Veterinária da UFPel, com a aplicação de questionários individuais. Todos os entrevistados concordaram e assinaram um termo de consentimento livre esclarecido. Os estudantes foram abordados durante a disciplina de Doenças Infecciosas, do sexto semestre do curso. Os resultados obtidos evidenciaram que as mulheres estão cada vez mais inseridas nas profissões antes ditas masculinas: 86% dos estudantes pesquisados são do sexo feminino, enquanto 14% são do sexo masculino. A maioria dos alunos de graduação é originária do Estado

do Rio Grande do Sul (89,47%), sendo 35,29% do município de Pelotas. Os estudantes foram questionados sobre os motivos que os levaram a optar pela Medicina Veterinária, os resultados mostrando que a maioria dos entrevistados tendeu para lado afetivo e de preferência pessoal; “admiração pela carreira” (35,06%) foi a alternativa mais assinalada, seguida de “gostar de animais” (24,56%), além da “convivência com o meio rural” (24,56%). Na avaliação das noções dos estudantes sobre a área da saúde pública veterinária foram elaboradas questões com exemplos das atividades mais conhecidas popularmente do médico-veterinário na saúde pública, com objetivo de averiguar o conhecimento sobre a área estudada. Observou-se que a porcentagem de acertos das questões sobre a atuação do médico-veterinário foi de 54,38% para área de vigilância epidemiológica, 66,66% para vigilância sanitária e 63,15% para gestão e planejamento em saúde. Embora a maioria dos entrevistados (98,24%) afirme que o médico-veterinário possui formação para atuar em saúde pública, metade (49,12%) desconhece que o tema esteja inserido na matriz curricular de seu curso. Da mesma forma, enquanto todos os alunos declararam a relevância do profissional atuar nessa área, a maioria mostrou-se desinformada quanto ao desenvolvimento de atividades desse profissional no Sistema Único de Saúde (SUS), e 47,36% não tinha conhecimento do assunto. Os estudantes relataram ter o conhecimento da importância do profissional na área da saúde pública, mas desconheciam a lei que inclui o médico-veterinário na área da saúde. Os resultados obtidos evidenciaram que os estudantes de graduação em Medicina Veterinária da UFPel embora tenham afirmado conhecer a importância do médico-veterinário em saúde pública desconheciam alguns conceitos e como se dá a atuação desse profissional. A valorização da área deve ser dada durante o desenvolvimento do curso de graduação, por isso se faz necessário que os alunos adquiram o conhecimento durante a etapa de formação, para que a profissão ocupe o espaço devido no âmbito da área de saúde, com estratégias pedagógicas que incluam de fato o estudante nesse serviço de saúde.

12 O MÉDICO-VETERINÁRIO INSERIDO NO NÚCLEO DE APOIO À SAÚDE DA FAMÍLIA (NASF) DE PIRAQUARA/PR – RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA

SANTOS, D. M.¹; MORIKAWA, V. M.²; LOPES, M. O.²

¹ Médica-veterinária residente do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família da Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail: danieli_muchalak@yahoo.com.br

² Professora e Doutora, Departamento de Saúde Comunitária (UFPR).

Recentemente, a Medicina Veterinária foi inserida no escopo do trabalho da atenção básica (AB), particularmente nos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASF), contemplado na Portaria nº 2.488, de 21 de outubro de 2011, que aprova a Política Nacional de AB para o Sistema Único de Saúde (SUS). A entrada desses profissionais no campo da prevenção e do controle de doenças e nos serviços de saúde pública em geral foi possível devido ao seu reconhecimento enquanto profissional da área da saúde e pela importância que as zoonoses apresentam no campo das doenças transmissíveis. A inserção de médicos-veterinários (MV) no NASF faz justiça a uma classe profissional que trabalha em prol da saúde pública há muitos anos, porém vem ocorrendo ainda de maneira tímida, passando por uma série de dificuldades. O trabalho relata a experiência profissional da inclusão do MV, a partir de 2016, na rede de AB do município de Piraquara/PR por meio do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde da Família da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Esse profissional foi inserido no NASF Central de Piraquara/PR, prestando suporte às Equipes de Saúde da Família (ESF) de três unidades básicas de saúde do município. Ao longo das atividades desenvolvidas pelo núcleo

de apoio, depreendeu-se a necessidade de serem trabalhadas estratégias de ação que integrassem a atuação desse profissional às atividades já desenvolvidas pelas ESF. Dessa maneira, ele passou a participar de grupos e programas como: grupo Caminhando e Contando, que visa a saúde física e mental dos usuários; processo de territorialização e confecção dos mapas inteligentes; educação em saúde nas escolas municipais; reuniões de matriciamento; educação permanente dos profissionais de saúde; Hiperdia; análise de dados epidemiológicos; e planejamento de ações para controle de zoonoses, educação em higiene pessoal e controle populacional de cães e gatos, oportunizando a troca de saberes e, consequentemente, ampliando a resolutividade clínica-preventiva na AB municipal. Dentre as dificuldades enfrentadas, destaca-se a falta de compreensão da ESF, assim como da população coberta quanto ao papel do MV na saúde pública. Os NASF são equipes multiprofissionais, que devem atuar de maneira integrada, compartilhando práticas e saberes com as equipes de referência apoiadas, buscando auxiliá-las no manejo ou resolução de problemas clínicos e sanitários, bem como agregar práticas na AB que ampliem o seu escopo de ofertas. Posto que o MV possui amplo campo de atuação profissional em saúde pública, que abrange diversos segmentos, como: ensino/pesquisa/extensão; vigilância em saúde (epidemiológica, ambiental, sanitária e do trabalhador); controle de zoonoses; tecnologia e inspeção de produtos de origem animal; planejamento e gestão; educação em saúde; defesa sanitária animal; segurança alimentar; prevenção e promoção da saúde, entre outros, torna-se imprescindível que esse profissional possa apoiar as ESF e contribuir com a troca de saberes prevista no NASF. Dessa maneira, para concretizar e solidificar a inclusão do MV nas equipes multiprofissionais, torna-se fundamental um intenso trabalho de divulgação, de forma a sensibilizar e a tornar claro o papel do MV na saúde pública para gestores públicos e profissionais de saúde, bem como para as comunidades envolvidas, uma vez que considerável parcela da população ainda não tem o conhecimento da importância da Medicina Veterinária na AB ou de seu papel na sociedade.

13 UNIDADE MÓVEL DE ESTERILIZAÇÃO E EDUCAÇÃO EM SAÚDE (UMEES) E SEU PAPEL NO MANEJO POPULACIONAL DE CÃES E GATOS

ARAÚJO, G. D.¹; YAMAKAWA, A. C.²; HAISI, A.²; GARCIA, R. C. M.³

¹ Médico-veterinário residente em Medicina Veterinária do Coletivo da Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail: guilherme.d.a@bol.com.br.

² Graduandas de Medicina Veterinária (UFPR).

³ Docente do Departamento de Medicina Veterinária (UFPR).

A Unidade Móvel de Esterilização e Educação em Saúde (UMEES) é uma unidade cirúrgica veterinária móvel que iniciou suas atividades de extensão em 2010 por meio de convênios firmados entre a Universidade Federal do Paraná (UFPR) e as prefeituras de Curitiba e sua região metropolitana. O objetivo do projeto inclui auxílio às gestões municipais acerca de manejo populacional de cães e gatos, com o emprego da esterilização cirúrgica dos animais associada a programas educativos sobre tutoria responsável, zoonoses e bem-estar animal. A triagem de tutores a serem contemplados pelo projeto respeita requisitos básicos impostos pela prefeitura conveniada, entre os quais: obrigatoriedade de serem residentes em determinado município; comprovação de renda familiar média predeterminada; e disponibilidade de visitas pré-programadas para vacinação e vermifugação dos animais. Além de municípios contemplados, algumas gestões públicas também incluem esterilização cirúrgica de cães comunitários. Depois de participarem de uma palestra educativa sobre tutoria responsável, zoonoses e bem-estar animal, os municípios